

As condições para um acordo, mesmo que provisório.

A reunião anual do FMI-Banco Mundial e os dois encontros formais dos negociadores brasileiros com os bancos credores trouxeram lições e permitem algum alento — nada suficiente, porém, para cantar vitória. Se o governo norte-americano manifestou simpatia com relação às teses brasileiras, nem por isso deu qualquer passo concreto para que os bancos se vejam compelidos a acertar ponteiros com o País. Se o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, defendeu idéias inovadoras (como a securitização de parte da dívida, ou seja, transformação de parte dos empréstimos em bônus), o Banco Mundial não faz novas operações com o Brasil desde fins de junho. E se o presidente norte-americano, Ronald Reagan, referiu-se de forma simpática a “idéias inovativas e audaciosas” — a propósito de securitização —, nem por isso o presidente do Banco Mundial, o norte-americano Barber Conable, exibiu entusiasmo em relação ao Brasil e às teses brasileiras. Ao contrário, na entrevista coletiva da quinta-feira, Conable citou o Brasil uma vez só. Disse que o País está no centro do cenário, mas não explicitou o que desejaria que o governo brasileiro fizesse. Isto ficou porém suficientemente claro nos encontros de Washington e de Nova York.

Em primeiro lugar, o que os negociadores brasileiros mais festejam — com razão — é o fato de que as idéias expostas por Bresser Pereira e sua equipe frutificaram, no staff e junto aos principais executivos do FMI e do Bird, em especial no do secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker III. Nada há, porém, de pronto. Entre a aceitação das teses brasileiras e sua aplicação prática podem decorrer anos, admitiu um alto funcionário da missão brasileira que esteve em Washington.

Em segundo lugar, qualquer acordo com os bancos levará tempo, já que, até agora, as posições são ainda distantes — os sinais de convergência são modestos, mesmo que não desprezíveis. O mais provável, até agora, é um acordo provisório — que só seria apressado se o Brasil se dispusesse a fazer pagamentos por conta dos juros atrasados. Naturalmente, quando os bancos cobram US\$ 3 bilhões, como na última sexta-feira, não estão dizendo que não fecham por menos. Mas o maior resultado é que as negociações prosseguem, não havendo ruptura. E o seu prosseguimento já será um elemento básico para que, no final do mês, as autoridades norte-americanas não

obriguem os bancos a lançarem juros não recebidos este ano como valor deteriorado (**value impaired**), o que azedaria as coisas. Alguns credores não desgostariam de todo (porque teriam benefícios fiscais) mas outros seriam obrigados à formação de mais reservas para as quais não estariam preparados.

Em terceiro, as limitações para que o Brasil faça um acordo com o FMI deixam o País numa condição criticável. Afinal, nem os bancos nem o governo norte-americano querem desacreditar o Fundo, do qual o Brasil faz parte. Assim, o Clube de Paris, denunciando os acordos deste ano, não está fazendo o jogo dos bancos: está principalmente pressionando o País a manter-se enquadrado, a amenizar (enquanto não muda) seu relacionamento com o FMI. Até que, definida a Constituição (e portanto o tempo do mandato de Sarney e a forma de governo), seja possível a reintegração plena na Comunidade Financeira Internacional.

O Brasil deixou de ser, assim, um **menino bem-comportado**. Inclusive porque não quer cessar a moratória mesmo num momento em que recupera reservas cambiais. E principalmente porque continua a tratar o FMI (por razões de ordem política doméstica) como **bicho-papão**, ignorando a distância entre promessas e seu cumprimento. Seria bom se fosse possível desprezar a parcela do **faz-de-conta** presente nos encontros como o do FMI-Bird, mas a verdade é que, interna e externamente, são muito fortes os interesses para não deixar ver o rei nu.

Os negociadores brasileiros estão submetidos a duas fortíssimas restrições internas: o horror de certas lideranças do PMDB a auditorias, a instituições financeiras em geral e, naturalmente, ao FMI; e as conveniências políticas de curto prazo do Planalto.

Está claro que a missão da Fazenda seria muito difícil nesse contexto. Até porque esse pano de fundo não pode ser afastado das mesas de negociações nem de reuniões como a do FMI-Bird. Recomendou-se aos bancos que dêem mais crédito a países com programas confiáveis de política econômica. Num resposta indireta, os bancos dizem que a confiança virá com a reaproximação do Brasil com o FMI, da qual o Clube de Paris não abre mão.

Portanto, ou o Brasil faz um pagamento simbólico, ou será difícil um acordo, provisório, mas rápido, com os bancos. E para um acordo de prazo longo, será difícil descartar o FMI.

Fábio Pahim Jr.